



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

MARIA SÔNIA LEITE DE ALMEIDA

**A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DO SERTÃO DA PARAÍBA E A
RELAÇÃO COM A FAMÍLIA DE AUTISTAS**

**CAJAZEIRAS - PB
2020**

MARIA SÔNIA LEITE DE ALMEIDA

**A INCLUSÃO EM UMA ESCOLA DO SERTÃO DA PARAÍBA E A
RELAÇÃO COM A FAMÍLIA DE AUTISTAS**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, do centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como pré-requisito para obtenção do título de pedagoga.

Orientadora do TCC: Dr.^a Nozângela Maria Rolim Dantas

**CAJAZEIRAS - PB
2020**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

A447i Almeida, Maria Sônia Leite de.
A inclusão em uma escola do Sertão da Paraíba e a relação com a família de autistas / Maria Sônia Leite de Almeida. - Cajazeiras, 2020. 39f.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas.
Monografia (Licenciatura Pedagogia) UFCG/CFP, 2020.

1. Educação inclusiva. 2. Autismo. 3. Pessoa com TEA. 4. Relação família-escola. 5. Estudo de caso. I. Dantas, Nozângela Maria Rolim. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 376

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora

Monografia aprovada em: 05/12/2020



Prof.ª Dra. Nozângela Maria Rolim Dantas

(Orientadora)



Prof. Dr.ª Rozilene Lopes de Sousa

(Examinador interno- UFCG)



Prof. Dr.ª Maria de Lourdes Campos

(Examinador interno- UFCG)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter a certeza da sua existência e que nos momentos de dificuldades, fragilidades ou mesmo de segurança, ele esteve presente me dando suporte. Nele encontrei refúgio para aquietar minha aflição, ansiedade e medo.

A minha família: tive o apoio dos meus filhos José Batista de Almeida Júnior e Júlia Batista, a quem dedico minha vitória, sendo eles parte dessa luta.

Aos meus pais Tico Manuela e dona Branca Batista (in memória) foram meus alicerces de vida e com certeza contribuíram muito para minha formação humana, fazendo-me mais forte e assim não deixando desistir nas dificuldades.

Aos meus irmãos que com eles posso contar, e na certeza que todos os dez torcem pelo meu sucesso.

Aos meus netos: Ana Luísa e Francisco Arthur que inconscientemente fazem meus dias mais alegres.

A minha igreja, Assembleia de Deus em poço de José de Moura, na pessoa do Pastor José Batista, a quem me ajudou nos dias de luta, me fortalecendo com a palavra edificadora do nosso senhor Jesus.

As minhas amigas e colegas de curso, que a graduação me fez vê-las não só como colegas, mas sim como pessoas que acrescentaram como um ser melhor. Para vocês: Simone Marques, Fernanda Maria, Léia Figueiredo, Joseane Pereira, Joseilda Gonçalves, Dayane Felix, Maricélia Borges e Francisca Iris dedico parte da minha história, através das nossas vivências e conquistas serei grata a cada uma, e na certeza que mesmo na distância estarão na minha memória.

Dedico com carinho esse trabalho a minha orientadora Professora Doutora: Nozângela Maria Rolim Dantas, a quem depositou sua confiança no meu potencial, e dedicou parte do seu tempo dando o suporte necessário nas horas em que precisei das suas orientações.

EPÍGRAFE

*O ato de incluir
É ver o outro com amor
Desfazendo as diferenças
Mostrar que temos valor
Ser capaz de influenciar
O crescimento sem dor*

*O papel de um professor
É promover inclusão
Fazer escolas para todos
Sem diferenciação
Trabalhar quebrar barreiras
Sem a discriminação*

*Isso sim é uma ação
Ser capaz de construir
Respeitando as subjetividades
Valorizando o incluir
Fazendo o outro crescer
Sem o esforço medir*

Sonia Leite poetisa

Resumo

O presente trabalho visa contribuir para com a sociedade, com relação à efetivação de direitos, para com as crianças com deficiências, relação escola, e família. Com embasamento para que se possa compreender, o processo de inclusão fundamentado na legislação da pessoa com TEA (Transtorno de Espectro Autista) e seus direitos. O referido trabalho tem como objetivo geral: analisar se os direitos das crianças com TEA estão sendo efetivado como determina a Lei. Foi realizada uma entrevista com uma mãe de uma criança com TEA, que frequenta a escola, para que pudéssemos compreender o processo de inclusão e a relação da família e escola, favorecendo suas vivências no contexto escolar como também no âmbito social. Por isso é tão importante adentrarmos ao mundo TEA e conhecer de perto os desafios enfrentados cotidianamente não somente pelo indivíduo autista, mas também pela família e toda a sociedade a qual ele está inserido. Diante dos resultados buscados pelo trabalho, afirmo que foram alcançados, percebido o esforço tanto da família quanto da escola para que os direitos da criança sejam efetivados, há uma boa relação família e escola.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão, Autismo, Família, Estudo de Caso.

ABSTRACT

This work aims to contribute to society, concerning the realization of rights, for children with disabilities, school, and family. With a basis for understanding, the inclusion process is based on the legislation of the person with ASD (Autistic Spectrum Disorder) and their rights. This work has the general objective: to analyze if the rights of children with ASD are being implemented as determined by the Law. An interview was conducted with a mother of a child with ASD, who attends school, so that we could understand the process of inclusion and the relationship of the family and school, favoring their experiences in the school context as well as in the social sphere. That is why it is so important to enter the ASD world and get to know closely the challenges faced daily not only by the autistic individual but also by the family and the whole society to which he is inserted. Given the results sought by the work, I affirm that were achieved, perceived the effort of both the family and the school for the rights of the child are effective, there is a good relationship family and school.

KEYWORDS: Inclusion, Autism, Family, Case Study.

LISTA DE SIGLAS

CER- Centro Especializado de Reabilitação

CFP - Centro de Formação de Professores

COVID-19

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente

LDB - Lei de diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OMS- Organização Mundial de Saúde

PNE-Plano Nacional de Educação

TEA - Transtorno de Espectro Autista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 INCLUSÃO.....	15
2.2 COMPREENDENDO O TEA.....	19
2.3 DIREITOS DA CRIANÇA.....	22
2.4 DIREITOS DO AUTISTA.....	24
3. METODOLOGIA	26
3.1 SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
3.2 INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS.....	26
3.3 ESTUDO DE CASO.....	27
3.4 COLETA DE DADOS.....	27
3.5. PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES	38

APRESENTAÇÃO

*Aqui irei falar um pouco
Descrever em poesia
Os dias não foram fáceis
Por conta da pandemia
Adiou mudou o rumo
Não foi como gostaria*

*Um sonho que poderia
A todos realizarmos
Da pesquisa do nosso tema
A forma de apresentarmos
Foi de formar bem atípica
O jeito de nos formamos*

*Diante desse cenário
Que hora nos encontramos
Um vírus sutil e frio
Fez com que nos alarmarmos
Um ser invisivelmente
Veio estragar tantos planos*

*Isso que hora passamos
Trouxe-nos aprendizado
Mesmo de contra vontade
Mais esse foi o resultado
Aprendermos a valorizar
Um abraço apertado
Diante do que foi falado
Eu posso reafirmar
O tema do meu trabalho
Foi inclusão escolar
Más o vírus do corona*

Excluiu sem explicar

*Podemos até meditar
Porque isso veio acontecer
Uma partícula pequena
Fez o mundo adoecer
Matar sem ter piedade
E nem pra onde correr*

*Não podemos se esconder
Pedir a Deus proteção
Que cuide da nossa terra
Ajude a nossa nação
Que esse vírus se acabe
Não mate a população*

*Avós peço atenção
Minha forma de expressar
No ano 2020
Que veio para marcar
Em época de desafios
Que isso possa passar*

1. INTRODUÇÃO

A minha relação com a educação foi algo que ocorreu desde muito cedo, sendo que aos 16 anos de idade já ministrava aulas de reforço, mesmo sem a formação adequada para tal, improvisava a sala de aula e ministrava para meus irmãos menores e alguns vizinhos. A partir disso, passei a observar a subjetividade de cada um, observando a capacidade de aprender, buscando a forma mais apropriada para a transformação da história das pessoas através da educação.

Assim, ao observar os valores dos seres humanos, percebo-os como sujeitos com muitas especificidades, avanços e limitações. Com esse pensamento, sempre tentei contribuir para o crescimento das crianças que a mim foram confiadas.

Dessa forma, ao finalizar minha formação no Magistério e no Curso Normal, passei a dar aulas por cinco anos no Ensino Fundamental, numa escola de um município no sertão paraibano. E após vinte anos fora da escola, resolvi ingressar em uma universidade pública para cursar Pedagogia e assim adquirir mais conhecimentos, crescer profissionalmente e atrelar valores a minha vida.

Em vista disso, durante o período que passei no curso de Pedagogia, obtive experiências teóricas e práticas que tem contribuído de forma significativa no alcance dos meus objetivos almejados. Além disso, espero que através dos meus esforços, a não limitação aos obstáculos que possam surgir e a determinação em finalizar o curso, possam servir de degraus em busca da concretização dos meus ideais.

Ao passo que o curso de Pedagogia promoveu a ampliação da minha compreensão no âmbito da aprendizagem, fazendo com que por meio da educação houvesse uma identificação com a inclusão, que muitas vezes não é priorizada e nem vista por parte dos poderes públicos. Ao falar de inclusão, a minha experiência no estágio com uma criança com síndrome de down me fez perceber a importância do processo educacional para o desenvolvimento dela, e também observei a falta de sensibilidade de alguns profissionais da escola com essa criança, devido à ausência de conhecimentos na área.

Diante disso, optei por uma pesquisa voltada para a temática da inclusão, pois observei o trânsito maior de crianças com espectro autista (TEA) no ambiente educacional em uma cidade localizada no interior da Paraíba, alguns já diagnosticados e outros em processo de acompanhamento. Assim, busquei compreender as especificidades do trabalho com crianças com TEA, pautado no

objetivo de uma qualidade de vida digna para os filhos e pais. Tendo como principal problemática a falta de conhecimento sobre o TEA, tanto por parte de algumas famílias, como da sociedade em geral. Desse modo, este estudo se desenvolveu a partir da seguinte pergunta: Como os direitos das crianças com espectro autista (TEA) estão sendo assegurados na escola?

Em relação a relevância desse trabalho, este servirá de referência para outras famílias, que através das lutas se sintam encorajados e com suporte para que de fato seus filhos sejam vistos como sujeito de direitos.

Nesse contexto, compreendendo que a inclusão vem sendo enfatizada atualmente como um direito que assiste a criança com deficiência, a presente pesquisa teve como objetivo geral: Analisar se os direitos das crianças com TEA estão sendo assegurados na escola. Diante dessas questões, esse trabalho tem como objetivos específicos: averiguar como as crianças são bem tratadas no espaço escolar e pelos profissionais; detectar as principais dificuldades para lidar com crianças com TEA no espaço escolar.

Atualmente, apesar dos avanços das políticas de inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a exemplo dos direitos conquistados, deveres e diferenças respeitadas, ainda é necessário uma mudança na postura dos profissionais de educação em relação às especificidades das crianças autistas, para que ocorra uma melhoria no atendimento e visão dessas crianças.

Esse trabalho está dividido em cinco capítulos. O capítulo I, trata-se da introdução, parte em que o estudo foi apresentado. O capítulo II- foi desenvolvido o Referencial teórico, no qual este foi dividido em quatro subtítulos. No subtítulo 2.1- Inclusão-foi abordada a temática inclusão à luz dos pensamentos de Mantoan (2003) e também se discutiu sobre a experiência da escola integradora a partir dos pensamentos de Coll (2004).

No subtítulo 2.2- Compreendendo o TEA-foi realizado um breve histórico sobre o autismo e suas características fundamentado nos estudos de Cruz e Rocha (2013) e Belissário e Cunha (2010). Em seguida, o subtítulo 2.3- Direito da criança- abordou as ferramentas constitucionais que garantem os direitos das crianças, apoiado nos documentos oficiais. Logo após, no subtítulo 2.4- Direito do autista-foi discutido o direito da criança autista com fundamentação nos estudos de Amaral (2016). O capítulo III- Metodologia foi dedicado a descrever o tipo de pesquisa e os recursos

utilizados. No capítulo IV- Resultados e Discussões foi apresentado o desfecho da pesquisa, e por último esse estudo foi finalizado com as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

*Incluir ato sublime
Cabe a nós valorizar
Oportunizando o outro
Sua limitação se adequar
E as subjetividades
Sempre iremos respeitar.
(Sônia Leite)*

2.1. INCLUSÃO

A inclusão como ato de ver o outro de acordo com sua subjetividade, como sujeitos que possuem limitações, mas que não podem ser impedidos de se desenvolver de forma social e crítica, começa a se destacar como uma maneira de tentar fugir das condições de isolamento e desigualdade enfrentadas por esses indivíduos.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que a inclusão começa dentro de cada um de nós, desde que tenhamos a humildade em pensar na dependência que temos e o que podemos fazer para que o outro se sinta importante no que ele possa realizar, a partir da nossa contribuição.

Segundo Mantoan (2003, p.9) “os ambientes humanos de convivências e de aprendizado são plurais, e é por isso que temos que pensar numa perspectiva de acolhimento e de inclusão”. Diante dessa diversidade de espaços, é necessário entender que não basta somente integrar o sujeito num ambiente, seja ele qual for, mais propiciar que estes sejam partes dele, para que assim aconteça a inclusão, de maneira acolhida.

As diferenças na contemporaneidade precisam ser trabalhadas nas escolas e na sociedade, visto que os espaços são heterogêneos, pois como assegura Mantoan (2003, p. 12) “as diferenças culturais sociais, étnicos, religiosas, e do gênero está sendo cada vez mais desvelada e descartada e são condições imprescindíveis para se entender como aprendemos o mundo e a nós mesmo”. Com isso podemos compreender as diferenças como algo natural.

Ademais, a Constituição Federal de 1988 indica avanços significativos para educação escolar de pessoas com deficiências. Ela garante a todos o direito à educação, no qual as escolas devem atender aos princípios constitucionais, que asseguram que não podemos excluir nenhuma pessoa em razão de sua raça, cor, idade, religião ou deficiência.

Como afirma Mantoan (2003) esses dispositivos constitucionais eram para ser encarados como o básico para que não ocorresse a negação da acessibilidade a sala de aula, para qualquer pessoa com ou sem deficiência. Entretanto, ainda se percebe o descumprimento dessas leis e a falta de cuidado com a inclusão, seja pela falta de compromisso ou de formação de alguns profissionais.

Nessa perspectiva abordada pela lei, observa-se que a necessidade de inclusão não se difere em outros setores da sociedade, visto que a inclusão é um direito de todos. Assim de acordo com Mantoan (2003), a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e nem marginalizando as diferenças nos processos pelos quais formam e inclui os alunos.

A partir da perspectiva histórica da escola e da sua organização, percebeu-se que não era possível ter em seu meio alunos com deficiência, porque estes não se enquadravam na forma tradicional de ensino. Com a exigência da lei, essas crianças e adolescentes puderam sair das escolas especiais e passaram a frequentar as escolas do ensino regular. Nessas instituições, os alunos com deficiência, apesar da resistência e das barreiras a eles impostas, começaram a “forçar” uma mudança na metodologia e na maneira de trabalhar em sala de aula.

Em vista disso, de acordo com os pensamentos de Cesar Coll (2004, p.15) “as experiências nas escolas integradoras de alguma maneira incorporavam as formas tradicionais de educação especial, as escolas regulares não estavam com tudo isentas de problemas”. Como foi observado pelo autor, as escolas regulares sempre tiveram alunos com “algum problema”, a questão é que com a chegada dos alunos com deficiência, eles ficaram mais nítidos e passaram a exigir novas maneiras de trabalhar pedagogicamente na sala de aula.

Assim a educação tradicional colocava todos no mesmo patamar de aprendizagem e não observava as diferenças existentes dentro da sala de aula. Com a inclusão, até os alunos que antes não apareciam na escola regular, passaram a ser vistos e ouvidos por seus professores, colegas e direção.

Diante das questões de inclusão, se evidencia a responsabilidade da escola em buscar mecanismos que garantam a inclusão do indivíduo, oportunizando o crescimento e valorizando as “diferenças” para que haja entrelaçamento entre as escolas e as pessoas ditas “diferentes”. Assim, Mantoan (2003, p. 13) destaca que a aprendizagem, “está em explorar talentos, sucesso, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições, o natural de cada aluno. Ensinar atendendo as diferenças, mas sem diferenciar o aluno.”

A escola é um espaço onde são oferecidas possibilidades de busca e de reconhecimento da pessoa como ser humano, mesmo que esse aluno tenha suas limitações, isso não significa que essas sirvam de total impedimento para que ele possa aprender e se desenvolver. Nesse cenário, a escola precisa compreender que a inclusão não é só garantir a matrícula do aluno, e sim garantir a equidade entre os mesmos, havendo uma articulação entre a equipe escolar, a família e a comunidade em geral, em que todos deem suporte para que, assim aconteça a inclusão.

Nesse contexto, onde o outro deve ser incluído de fato, a visão da escola perfeita, onde todos aprendem de maneira igual, deve ser desconstruída a partir da perspectiva inclusiva, pois a inclusão leva em consideração a individualidade de cada aluno e a sua maneira de aprender. Dentro da escola a inclusão deve levar em conta, não só a deficiência do aluno, mas o respeito a sua religião, ao seu gênero, a sua raça e classe social.

Esses alunos fazem parte do grupo de vulnerabilidade e sofrem com a exclusão e incompreensão, motivada pela falta de entendimento de que todos são diferentes. Afinal, se somos seres sociais, estamos imersos à constante necessidade de mudanças de valores e de comportamentos, já que por natureza somos diferentes um do outro.

Faz-se necessário que a escola quebre alguns conceitos pré-existentes, um deles é a falsa ideia de que ser uma pessoa com deficiência seja sinônimo de improdutividade e incapacidade para o mercado de trabalho. Essa perspectiva não é verdadeira, pois muitas pessoas com deficiência têm condições de desenvolver atividades laborais. Para garantir a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho foram elaboradas algumas leis, tais como destaca Neves-Silva et al. (2015, p. 2550):

No intuito de promover a inclusão no mercado de trabalho foram promulgadas várias leis, sendo a mais recente a lei nº 8213/91 que, em seu artigo 93, descreve: “a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I- até 200 empregados, 2%; II- de 201 a 500, 3%; III- de 501 a 1.000, 4%; IV- de 1.001 em diante, 5%” (lei nº 8213/91, art. 93).

Nesse sentido, é fundamental, que seja respeitado e aproveitado a força de trabalho da pessoa com deficiência, porque apesar das limitações, ele é um ser que produz e que também consome. Logo, devem ser respeitadas suas habilidades e competências desde a escola. Todas as capacidades e formas de aprender são inerentes ao sujeito visto como “diferente”, mas é preciso, como qualquer outra pessoa, ter essas capacidades desenvolvidas e reconhecidas pela escola e pela sociedade.

O modelo de ensino precisa ser repensado para que verdadeiramente seja mais bem aproveitado pela comunidade escolar. As disciplinas precisam contemplar os conteúdos de forma transdisciplinar, deixando de lado a compartimentalização, que dificulta o processo de aprendizagem do aluno e não favorece a inclusão dos alunos com deficiência e com dificuldade de aprendizagem. Conforme Mantoan (2003, p.13) “a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras e quase sempre está em jogo a ignorância do aluno diante dos padrões escolares [...]”.

Diante disso, faz-se necessário que existam urgentemente planos que favoreçam uma educação voltada e pautada para o crescimento da cidadania plena, livres de preconceitos, valorizando e respeitando as diferenças. A escola é uma das instituições responsáveis pelo crescimento intelectual do sujeito, assim é preciso que se vinculem pensamentos capazes de transformação, como ressalta Mantoan (2003 p.12) “a inclusão, portanto implica mudança desse atual paradigmas educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando”.

Além disso, é na aproximação com as pessoas que percebemos as peculiaridades, as qualidades, e as diferenças que existe em cada ser humano. No entanto, essas diversidades não devem gerar distanciamento e nem preconceitos, mas o respeito diante daquilo que pode nos unir enquanto pessoas. Quando conseguimos ver a singularidade de cada um, podemos contribuir para que esse indivíduo cresça partindo da concepção de que ninguém é igual.

Desse modo, vale ressaltar que as relações interpessoais fazem parte do cotidiano do ser humano, e essas conexões não só acontecem no contexto escolar, mas em todos os lugares. Assim, sabemos que cada indivíduo tem sua singularidade, e por isso que o mesmo se apropria de formas diferentes de se relacionar.

Nesse sentido, a inclusão é uma forma de contribuir com o deficiente para que ele seja capaz de demonstrar suas habilidades, mesmo com limitações, e é a escola quem tem que se adequar a essas singularidades, oportunizando o crescimento e desenvolvimento do aluno e sua adaptação para que assim ele possa ter o direito de viver uma vida digna.

2.2. COMPREENDENDO O TEA

O presente texto faz um breve histórico sobre o autismo, dos prejuízos dessa síndrome, das lutas das famílias nas escolas e alguns avanços.

Breve histórico sobre o autismo

O autismo tem como alguns de seus sintomas a falta ou dificuldade de interação e/ou isolamento social, apresenta também dificuldade de comunicação, interesses obsessivos, comportamentos repetitivos. O termo autismo surgiu a partir de estudos da esquizofrenia no ano de 1911, realizado pelo psiquiatra Eugene Bleuler; e outro psiquiatra que estudou, aprofundou e publicou sobre o autismo foi Léo Kanner, responsável por separar o autismo de esquizofrenia infantil (MARCIEL; GARCIA FILHO, 2009; SILVA, 2012).

É relevante destacar o que é o Autismo e suas características, tais como suas relações sociais, comunicação e linguagem, e as mudanças no ambiente de hipersensibilidades. Segundo o estudo de KANNER (1943), todos esses traços são aspectos que chamaram a sua atenção e podemos dizer que estes são característicos fundamental do autista.

Segundo Cruz e Rocha (2013) até a década de 1960 o autismo era visto como um transtorno emocional e algumas hipóteses eram elaboradas a esse respeito, baseado em relatos sem nenhuma comprovação. Diante de muitas hipóteses, foram descartadas que o autismo poderia ser causado pela frieza dos pais, entre outras suposições criadas sem fundamentação. Em vista disso, Silva (2012, p. 173) ressalta:

As pesquisas apontam que a origem do transtorno estaria relacionada a um grupo de genes e da interação entre eles, e não a um grupo único como causador do problema. Após décadas de estudo que o autismo tem como causa fundamental as alterações genéticas.

E uma das características bem reconhecidas do autista são as relações sociais e afetivas, isso faz com que o mesmo seja visto por muitos como antissocial e suas relações tornem-se difíceis. Segundo Belissário e Cunha (2010, p. 15):

Os prejuízos nas interações sociais são amplos, podendo haver prejuízos no comportamento não verbal e isso acarreta um atraso em outras habilidades da criança, podendo desfavorecer o envolvimento dela com outras e não entendimento nas brincadeiras, elas desconhecem essas necessidades.

Nesse sentido, esse isolamento faz com que a vida social se torne complexa não só para o autista como também para as pessoas que convivem com esse indivíduo, a exemplo dos familiares. De acordo com Belissário e Cunha (2010, p.16):

A dificuldade de socialização é à base da tríade de sintomas do funcionamento do autismo. Isso evidencia a característica do autista, enquanto outras crianças buscam formar grupos para realizar as brincadeiras, no decorrer das suas vidas essas interações só se aprimoram costumes e regras em sociedade, enquanto o autista tende a se isolar cada vez mais.

Desse modo, essas crianças buscam contato social, tentam brincar com outras crianças, porém não se adaptam às brincadeiras, pois sempre acabam deixando o grupo para brincarem sozinhas. Em alguns casos, nem todas as crianças que tem um comportamento de isolamento ou gostos por brincadeiras individuais são autistas, nem todas as crianças com traços de autismo são autistas, daí a importância do acompanhamento de uma equipe de profissionais para que essa criança possa ser diagnosticada com precisão, mediante a realização de exames e o acompanhamento do comportamento dessa criança.

Sendo que “o espectro autista não é uma categoria única, mas se apresenta em diferentes graus” (CRUZ; ROCHA, 2013, p.123). No entanto, nem sempre o diagnóstico de autismo é realizado a tempo de garantir que os seus direitos sejam assegurados, obrigando esses sujeitos em uma sociedade que os taxam como loucos e incapazes, além de outras conclusões que em nada contribuem para a socialização desses indivíduos.

Até a década de 1960, o autismo era visto como um transtorno emocional e algumas hipóteses eram elaboradas a esse respeito, baseadas em relatos sem nenhuma comprovação. Diante dessa realidade, é perceptível que nem sempre o autismo é diagnosticado corretamente e que nem todos os traços ditos de uma pessoa com comportamento diferenciado é configurado como autismo.

a) As dificuldades e avanços enfrentados pela família e escola

Diante dessas questões supracitadas, as limitações não se remetem apenas à criança autista, mas na maioria dos casos as famílias também acabam se limitando por falta de conhecimentos sobre o assunto, e se privam da chance de oferecer uma qualidade de vida melhor para os filhos, fazendo com que aconteça um atraso no desenvolvimento desses sujeitos.

Porém, vale ressaltar que existem famílias que buscam impor-se diante dessa realidade, buscando apoio, fundando associações como um suporte para que sejam realizadas ações que favoreçam essas crianças com autismo, no qual as famílias encontram pessoas que possam ajudar no crescimento e fortalecimento dessa luta, firmando assim parceria como a escola e outros benefícios.

É importante que a família do aluno com TEA acompanhe a rotina escolar dessa criança no intuito de fortalecer a relação da família com a escola para que juntos, possam auxiliar no desenvolvimento pedagógico desse aluno. Na perspectiva de Silva (2012, p.114) a escola pode contribuir na socialização, interação e desenvolvimento da aprendizagem por meio do professor:

O professor interessado pode fazer muito pelas as crianças autistas, mesmo que não seja especialista nessa área. Com amor, dedicação e paciência poderão ganhar a confiança terna de uma criança. O primeiro passo é o conhecimento. Informação específica sobre o funcionamento artístico e ferramentas essenciais para orientar o professor no trato com esse aluno e, sobretudo auxiliá-lo no seu desenvolvimento.

Nesse contexto escolar, para que o professor possa trabalhar com o autista, ele terá que está ciente do que poderá enfrentar em sala de aula, afim de que suas práticas sejam desenvolvidas com êxito. Para tal, esse educador terá que se apropriar de meios que favoreçam o seu trabalho com o autista, como por exemplo, conhecer a realidade deste educando. Como afirma Silva (2012, p. 262):

O autista pode ter diferenciação e cada um pode desenvolver habilidades importantes, e através dessas, tanto os professores quanto os pais têm que incentivar e acreditar nessas possibilidades de avanços, mesmo porque qualquer crescimento é válido.

Diante desse pressuposto, há a necessidade da aproximação da escola com a família, para que se possa ter mais conhecimento a respeito da criança no contexto familiar, para que as habilidades de um autista sejam bem aproveitadas. Sendo assim o apoio tanto da escola, quanto da família ajudarão a criança a ter mais autonomia.

Para Mantoan (2003 p.46) o professor deve estar sempre avaliando a sua prática tendo em vista o bom desenvolvimento de todos:

Se um aluno não vai bem seja ele com ou sem deficiência, o problema deve ser analisado. [...] o professor tente acompanhar o desenvolvimento da sua docência se realmente está atendendo a necessidade de todos, porque o fato de que uma parte esteja se saindo bem, isso não quer dizer que não haja necessidade de novos recursos para que viabilizem o atendimento a outros que tenham alguma dificuldade.

Nessa perspectiva, no ambiente escolar cabe a instituição está alerta para detectar casos de crianças com qualquer dificuldade de aprendizagem, sejam elas com deficiência ou não, já que nem todas aprendem no mesmo tempo. Pois umas se desenvolvem bem numa área, enquanto outras se desenvolvem melhor em outras, sendo que todas devem ser atendidas e respeitadas de acordo com o seu tempo de aprendizagem.

2.3. DIREITOS DA CRIANÇA

A Constituição brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) têm como base a teoria da universalidade dos direitos humanos e determina que toda criança é sujeito de direitos, cidadã brasileira e tem a proteção integral por parte do Estado, da sociedade e da família, conforme o art. 227 da Constituição, assim o Art. 4 da ECA apontam que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, e efetivação dos direitos referente à vida, a saúde, alimentação, a educação ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade ao respeito, liberdade, convivência familiar e comunitário (BRASIL, 1990).

Diante dessa constatação por parte da legislação, vale ressaltar que esses direitos também são assegurados para todas as crianças, inclusive aquelas que possuem algum tipo de limitação física ou intelectual e qualquer outra deficiência. É sabido que para se ter esses direitos, algumas lutas foram travadas no intuito de quebrar algumas barreiras atitudinais, como o preconceito que existe na sociedade de que essas crianças eram incapazes de coexistir com outras sem deficiência e também de frequentar uma escola regular.

Mediante a luta pelos direitos desses sujeitos, pode-se destacar o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei de nº 10.172/2001, que garante que a educação deve atender a diversidade humana no espaço escolar. Porém, mesmo com a Lei favorecendo a criança com deficiência no processo educacional e com alguns avanços, observa-se que na prática ainda há muito para que a Lei seja efetivada na sua plenitude.

No contexto escolar, ainda existe uma grande lacuna para ser preenchida em relação à inclusão, visto que os meios para essa inclusão não se remetem apenas as condições de acessibilidade de pessoas com deficiências, como rampa para cadeirantes, salas de AEE, portas mais largas e banheiros adaptados. Enfim, o que realmente irá fazer a diferença para esses sujeitos é a certeza de que contam com profissionais capacitados e preparados para lidar com as especificidades desse alunado.

No que concerne à formação dos profissionais da educação, observa-se que os próprios cursos de graduação, deixam a desejar em relação à preparação de profissionais para atuarem nessa área, como exemplo dessas lacunas, pode-se destacar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é a segunda língua nacional, mas não é ofertada com um número de horas suficiente que possa ir além do básico e que facilitasse uma comunicação maior com o surdo.

No entanto, em alguns casos, as pessoas com deficiência se privam de alguns direitos que lhes são garantidos por lei por falta de conhecimentos, e muitas vezes, é por esse motivo que alguns pais se integram a associações para que tenham esse suporte, compartilhando experiências com outras famílias conhecedoras das leis asseguradas para os direitos desses indivíduos.

Em meio à luta pela inclusão, é efetivada a Lei 13.146 no ano de 2015, que contempla a pessoa com deficiência como pessoa com limitações ou impedimento de

longo prazo, e o objetivo da mesma não é conceder vantagens, e sim, garantir que os direitos sejam efetivados.

2.4. DIREITOS DO AUTISTA

As leis contemplam os deficientes, que são sujeitos de direito, que ao longo de muitos anos foram negados, sendo preciso engajamento de pessoas comprometidas para que assim estas fossem realmente cumpridas.

A Lei 12.764/2012 é fruto do projeto de lei do Senado Federal nº 168/2011, de sua Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa, decorrente de sugestão legislativa apresentada pela Associação em Defesa do Autista. Foi batizada de “Lei Berenice Piana”, em justa homenagem a uma mãe que, desde que recebeu o diagnóstico de seu filho, luta pelos direitos das pessoas com autismo (AMARAL, 2016, p. 23)

Diante disso, através de desafios dessa mãe, Berenice Piana, percebe-se a luta incessante pela efetivação da lei que favorecesse a vida do seu filho autista. Por meio da lei, surge a esperança da elaboração de políticas públicas que possam dar suporte aos autistas em favor do cumprimento das leis que garantam os direitos do autista como sujeito integrante da sociedade.

Diante desse cenário de desafios, surgem as seguintes indagações: como se configura o cumprimento dessas leis para aqueles que nasceram de famílias desprovidas do conhecimento? O que acaba servindo de impedimento para a busca de seus direitos como cidadãos?

Certamente, as famílias sem ter conhecimento dos seus direitos, se privaram de benefícios que lhes são assegurados, como os benefícios sociais, profissionais capacitados para atuarem na sala de aula, visando uma educação de qualidade, o direito a uma remuneração equitativa a uma pessoa sem deficiência, entre outros.

Em 1994, as pessoas com autismo, caracterizadas pelo MEC com “condutas atípica”, foram percebidas pela primeira vez na Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação – MEC (AMARAL, 2016). Todavia, fica evidente a perda e falta de favorecimento educacional para o autista, que só através de um olhar sensível da família foi possível conceber o autista como um ser capaz de progredir por meio dos estudos e das oportunidades que lhe são ofertadas.

Essa realidade nos leva a refletir o quanto é tardia as leis que beneficiam o autismo, mesmo com o surgimento da LDB nº 9.394/96, onde no Capítulo V aborda a educação especial, preconizando assim as ações a serem implementadas para o atendimento de alunos especiais em sala de aula regular. Atualmente, quando se fala em inclusão, se evidencia que ainda há muito a ser feito para que esses sujeitos possam usufruir dos direitos que lhe são assegurados.

3. METODOLOGIA

Esse estudo empregou a abordagem qualitativa, essa de acordo com Ludke e André (1986 p. 11) “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador o seu principal instrumento”. Além disso, a pesquisa qualitativa lida com uma diversidade de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, resultando em “um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Assim, esse trabalho tem como tema: A inclusão em uma escola do sertão da Paraíba e a relação com as famílias dos autistas.

Como pesquisador, a escolha desse caso permitiu que fosse aplicada de forma que as informações referentes ao objetivo de pesquisa contemplassem ao que estava sendo almejado nesse trabalho, tendo em vista os aspectos criteriosos que exige a Ciência, mas também respeitando as particularidades do sujeito pesquisado.

3.1. SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada com uma mãe de uma criança com TEA de uma escola localizada na cidade de Poço de José de Moura no sertão da Paraíba. Esse sujeito foi escolhido por conveniência, tendo como critérios de escolha a disponibilidade e o fato de ser uma mãe de uma criança com TEA e também que essa criança tenha frequentado a escola.

3.2. INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

Neste trabalho foi aplicada uma entrevista aberta, tendo como tema principal o processo de desenvolvimento escolar da criança com TEA. A entrevista foi gravada com autorização do sujeito, pelo dispositivo do celular Samsung J4. A entrevista durou aproximadamente 40 minutos e foi realizada na casa do sujeito. Vale salientar que foram tomadas todas as orientações de contato social recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como: uso de máscara, mantendo uma distância de um metro e meio e com uso de álcool gel, 70%. Esses cuidados foram

tomados devidos estarmos passando por um período de Pandemia, provocado pelo COVID-19.

A entrevista é um instrumento que possibilita mais compreensão da temática em estudo, que fornece a ampliação do objetivo almejado pela pesquisa. A entrevista segundo Ludke e André (1986, p. 14):

É uma técnica que permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos de natureza pessoal e íntima, assim como também de natureza complexa e de escolhas nitidamente individuais.

Esse instrumento de coleta possibilitou uma melhor interação com a mãe, objetivando estabelecer uma relação de confiança para a realização da pesquisa. Assim, para que por meio dessa cumplicidade, pudéssemos obter informações mais detalhadas para o desenvolvimento desse diálogo e para o esclarecimento das questões propostas, tendo em vista a melhor compreensão do processo escolar do aluno com TEA

3.3 ESTUDO DE CASO

O próprio nome já diz sobre o método aplicado que é estudarmos um caso, buscando apropriarmos de informações detalhadas a fim de explorarmos, resultados confiantes, usando de critérios que mesmo em conversas informais podemos extrair o que temos como objetivo.

Para Yin (2005, p.32) “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo da vida real”. Apesar das limitações, é um método que permite ao investigador conhecer com riqueza de detalhes o sujeito pesquisado.

3.4 COLETA DE DADOS

Primeiramente, foi realizada uma breve observação na escola escolhida antes da pandemia, quando as aulas estavam sendo presenciais, com o objetivo de averiguar a infraestrutura da escola e a maneira de como a comunidade escolar se comportava diante da criança com TEA e com a sua família.

Posteriormente, foi aplicada uma entrevista com a mãe da criança autista, para que através de um diálogo fossem respondidas algumas questões de natureza simples e de modo que favorecesse obtenção dos dados para essa pesquisa. A entrevista foi realizada na residência da mãe, em um ambiente aberto e com todos os cuidados necessários recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta foi gravada com o consentimento da participante, respeitando todos os procedimentos éticos garantidos pela Resolução 510/2016, do Ministério da Saúde.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Foram cumpridos os procedimentos éticos previstos pela Resolução 510/2016, onde foi apresentado um termo de Consentimento, Livre e Esclarecido (TCLE), para ser assinado pela entrevistada. O TCLE apresenta os objetivos e garante o sigilo da identidade do sujeito que concordou em fazer a entrevista, sem custos e com risco mínimo, sem que ocorresse prejuízo algum, a nenhuma das partes envolvidas no processo. Também foi informada a participante que a qualquer momento ela poderia se retirar da pesquisa. Foi ressaltada a importância de sua participação para o desenvolvimento de outras pesquisas e que os dados ali coletados seriam usados apenas em publicações científicas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola onde foi realizada a observação para o desenvolvimento da pesquisa, é uma instituição localizada no sertão da Paraíba, em uma cidade de pequeno porte. Observou-se que nesse município existe um número considerável de crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA).

A escolha dessa instituição de ensino se deu pelo fato de ter em seu quadro de alunos um número maior de crianças com TEA e por eu ter realizado o estágio supervisionado neste local, que é uma exigência do Curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Essa experiência despertou o desejo de ampliar meu conhecimento sobre a criança com TEA e a familiarização com esse ambiente escolar facilitou o processo de observação e o acesso a família da criança com TEA.

O processo de observação não pode ser mais aprofundado em virtude da pandemia desencadeada pelo vírus de rápida infecção denominado de Corona Vírus, popularmente conhecido de COVID-19. A observação aconteceu durante 20 dias e uma das coisas que chamou a atenção foi a maneira como os profissionais lidavam com os alunos com deficiência, mais especificamente, com as crianças com TEA. Eles demonstravam ter atenção com os alunos que possuíam deficiência e também com todos os alunos da escola.

Logo, o respeito é algo que deve estar presente nas relações com todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não. Essa atitude dos profissionais contempla o que afirma Mantoan (2003, p 13): “a escola é quem tem que se adequar ao deficiente e não o deficiente a escola”.

Ao observar o espaço físico da referida escola, notou-se que é um ambiente amplo e apresenta áreas adaptadas para receber crianças com deficiência. Vale salientar que a escola possui uma estrutura nova e passou a funcionar nesse espaço físico há um ano. Possui quatro salas de aula amplas, um refeitório, uma sala de professor, banheiro adaptados para o tamanho das crianças e para receber cadeirantes, possui também uma biblioteca e uma sala reservada para direção da escola.

Quanto à formação dos professores, percebeu-se que os mesmos não possuem formação na área da educação inclusiva, mas há um esforço para incluir os alunos nas atividades pedagógicas da escola. Sendo assim, tanto professores como

cuidadores realizam de forma satisfatória a inclusão das crianças com deficiência nas atividades, sejam em sala ou realizadas no pátio. É perceptível a preocupação da gestora com o tratamento das crianças. Foi presenciada uma cena em que um aluno com deficiência toma o lanche de um coleguinha, o mesmo sai chorando e a gestora contorna a situação com uma facilidade de conversa, onde em curto espaço de tempo, as duas crianças dividissem o lanche e sentassem-se à mesa do refeitório, sem que ocorresse conflito.

Após a observação, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a mãe de um autista, estudante da escola escolhida para realização dessa pesquisa. A mãe foi objetiva em suas respostas, atendendo o que a pesquisa buscava contemplar, as vivências da criança com TEA na escola e seus direitos; como também o suporte que a escola oferece a família.

A mãe começou sua fala relatando sua história de lutas devido ter um filho com TEA na sociedade. Ela relatou que teve que renunciar alguns dos seus objetivos pessoais para se dedicar ao acompanhamento de seu filho, pois o fato de ser mãe falou mais alto e isso lhe dava forças para continuar, como fica claro em seu relato: “Não sei o que seria do meu filho se eu não encontrasse tanta força para estar ao seu lado”. É perceptível a garra dessa mãe ao buscar parcerias com a escola e com outros familiares para não se sobrecarregar com tamanha responsabilidade.

Mesmo percebendo alguns sinais que seu filho apresentava comportamentos diferentes de outras crianças de igual idade, foi por meio da escola que teve um alerta para que buscasse um acompanhamento específico para seu filho. Conforme a mãe, uma professora a incentivou buscar ajuda profissional na perspectiva de entender o que se passava com seu filho e assim, ele poderia ter um melhor desempenho na escola e na vida pessoal e familiar.

Sem entender o que estava acontecendo com seu filho, ela buscou ajuda profissional de psicólogos, que a encaminhou para o Centro Especializado em Reabilitação (CER), localizado na cidade de Sousa, estado da Paraíba. Nesse espaço, a criança após passar pelos profissionais, teve o diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista (TEA).

Após esse breve relato, observou-se a importância do trabalho da escola e do professor no acompanhamento dos alunos, pois um educador atento, muda os rumos da vida de seus alunos. O professor também deve estar sempre refletindo sobre suas práticas e isso deve ser realizado por uma avaliação constante de sua metodologia e

das atividades pedagógicas que desenvolve na sala de aula, tendo em vista o bom desenvolvimento de todos, como aponta Mantoan (2003, p.46):

Se um aluno não vai bem seja ele com ou sem deficiência, o problema deve ser analisado. [...] O professor tente acompanhar o desenvolvimento da sua docência se realmente está atendendo a necessidade de todos, porque o fato de que uma parte esteja se saindo bem, isso não quer dizer que não haja necessidade de novos recursos para que viabilizem o atendimento a outros que tenham alguma dificuldade.

E foi a partir desse olhar sensível de um professor, que foi dado os primeiros passos em busca da efetivação de direitos, acompanhamentos médicos e de toda uma equipe que viesse beneficiar o desenvolvimento dessa criança. É notória a participação da escola na vida dessa família, os benefícios que essa comunidade escolar tem se encarregado de trazer para que essa criança possa ser vista de acordo com o que a lei determina: de maneira digna. Mediante a luta pelos direitos desses sujeitos, pode-se destacar o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei de nº 10.172/2001, que garante que a educação deve atender a diversidade humana no espaço escolar.

Os desafios fizeram parte do progresso dessa criança, isso porque foram muitas as lutas travadas pela mãe, em especial, a luta contra as barreiras atitudinais impostas pela sociedade. Essas barreiras ficam bem perceptíveis quando a mãe relata que teve de enfrentar algumas mães de outras crianças tidas como normais, reivindicando a direção da escola que o aluno com TEA não fizesse parte daquela escola, alegando que a criança era agressiva e inquieta. Essas atitudes iriam prejudicar os demais alunos pertencentes a mesma sala de aula. Diante de tal situação a mãe se viu que precisava de ajuda e recorreu a gestora da escola, que se prontificou em resolver essa situação.

Diante dessa situação vivida pela mãe, observa-se a importância que todos têm na escola. A inclusão começa com o ingresso da criança por meio da matrícula e passa pela aceitação dela no meio escolar. Todos devem trabalhar para que a escola seja um lugar agradável para todas as crianças, sem distinção de raça, cor, religião, classe social, com ou sem deficiência. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, e efetivação dos direitos

referente à vida, a saúde, alimentação, a educação ao esporte, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade ao respeito, liberdade, convivência familiar e comunitário (BRASIL, 1990).

Baseada na Lei, a mãe como principal responsável por essa criança, desenvolve muito bem sua parte. Ela procura dar suporte e buscar meios para que seus direitos sejam efetivados, e na convivência familiar, é percebido o respeito às limitações dessa criança.

Como ressalta Cessar Coll (2004, p 331) “diante das dificuldades, algumas famílias conseguem altos níveis, algumas sentem admiração, valorizam suas experiências, vivem intensidade em pequenos avanços”. Em vista desse pensamento, a mãe da criança estudada deixa evidente a admiração diante os avanços do seu filho, mesmo que sejam gradativos, quando ela relata que ainda que ele não se desenvolva igual às outras crianças, tudo que ele aprender é de grande importância.

Percebe-se que algumas fases foram superadas, isso a fase de choque ao descobrir a deficiência do seu filho, entre outras. Hoje ela está consciente que o mesmo precisa de sua inteira disposição para que ele obtenha avanços a cada dia. Mesmo com ausência do pai biológico, o tio materno se responsabilizou em assumir tal papel, fazendo isso, dividindo as tarefas entre mãe e outros membros familiares, para que a mesma não se sobrecarregue com tamanha responsabilidade, já que a mesma tem outra criança.

Segundo Cessar Coll (2004, p. 333) “é muito comum se supor que o pai e a mãe têm que atravessar em uníssono e com a mesma reação os vários momentos, como se fosse uma só pessoa”. O convívio familiar é tão importante no desenvolvimento dessa criança, pois foi nitidamente observado o carinho e a proteção para com essa criança, fazendo que ela viva intensamente como qualquer outra.

Como ressalta Cessar Coll (2004, p 336), “o ambiente familiar mais adequado para uma criança com necessidade educativa especiais, é aquele que procura um equilíbrio entre as necessidades de todos”. Portanto as tarefas sociais, educativas, entre outras são compartilhadas, visando assim o bem estar de todos.

A relação família e escola são de grande importância na vida dessa criança, isso fica claro no depoimento da mãe quando ressalta a importância que a mesma tem prestado na vida do seu filho. Sendo que foi na escola que ocorreu a percepção dos sinais de autismo dele, e assim juntamente com a mãe buscaram outros

profissionais que pudessem acompanhá-lo e daí proporcionar uma vida digna dentro das suas possibilidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi baseado numa história de uma família de autista. Apesar das grandes lutas travadas pela mãe dessa criança, podemos constatar progresso e efetivação de direitos.

Esta pesquisa serviu para que pudéssemos entender que mesmo com deficiência, uma criança é capaz de se desenvolver quando ajudada, tanto de forma profissional como através do respeito atribuído a essa criança pela família que é a sua base. Assim, podemos observar que a inclusão começa dentro da nossa própria casa, partindo daí o interesse pela conquista de direitos e pelo respeito do autista como sujeito produtivo, mesmo com suas limitações.

A partir desse pensamento, esse trabalho possibilitou não só o desvelar da realidade do autista no que diz respeito às suas necessidades, dificuldades, habilidades, convívio familiar, seus direitos, entre outras possibilidades, mais também agregou conhecimentos à minha condição de pesquisadora e pedagoga em formação.

Uma vez que, seja no ambiente escolar ou em qualquer área da sociedade, sempre iremos nos deparar com o diferente e é necessário que essa sociedade comece a abrir espaços para receber no seu meio, pessoas que apresentem maneiras diferentes de ser e de viver. Além disso, que se trabalhe para conviver com essas particularidades no seu cotidiano.

Hoje, podemos perceber que a inclusão tem alcançado uma maior visibilidade na sociedade se comparado a outras épocas. Porém, ainda há muito o que se fazer, já que não só as pessoas com autismo, mas também de outras limitações necessitam que os seus direitos à educação, saúde e melhores condições de vida sejam assegurados garantindo-lhes uma vida digna e igualitária.

Ao fazer uma breve análise do trabalho, observou-se que os objetivos propostos para o desenvolvimento do trabalho foram alcançados. Pela entrevista com a mãe, constatou-se que a escola é uma instituição muito importante para o desenvolvimento da criança com TEA. A mãe encontrou apoio dos profissionais da escola e a criança tem um acompanhamento satisfatório do seu desenvolvimento pessoal e escolar. Além do mais, a entrevistada também deixa claro que a escola é um dos suportes no desenvolvimento da criança, demonstrado muito gratidão por professores, gestores, entre profissionais da escola.

Portanto, esse trabalho não se encerra aqui, mas é o início de vários outros que possam vir, pois é sabido que muitos aspectos desse relacionamento entre a família da criança com TEA e a escola precisam ser estudados e pesquisados. O estudo também me auxiliou na compreensão dos direitos das crianças com deficiência e a conhecer melhor um pouco do mundo das crianças com Transtorno de Espectro Autista e as conquistas e dificuldades enfrentadas por sua mãe e família.

Por fim, observou-se também que a luta pela efetivação dos direitos da criança com TEA é constante, devido as pessoas não saberem lidar com o diferente em uma sociedade que luta pela manutenção de uma maneira de viver e conviver sem o diferente e cheia de barreiras.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. E.R. Lei nº 12.764/2012: **Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>>. Acessado em: 13 Dez 2018.

BELISÁRIO F. J. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial Na Perspectiva Da Inclusão Escolar**. Brasília. 2010.

BRASIL, Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal 25 número 8069 de 13 de julho de 1990, João Pessoa-PB, 2014.

BRASIL, Lei De Diretrizes e bases, Lei número9. 394/96, Rio de janeiro 1997.

COLL, C. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. V2. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, L. de L. P.; ROCHA, F. L. **O fenótipo ampliado do autismo em pais de indivíduos portadores do transtorno**. In: Síndrome de Asperger e outros transtornos do espectro do autismo de alto funcionamento: da avaliação ao tratamento. Walter Camargos Jr., (Org.) Belo Horizonte: Artesã Editora Ltda., 2013. p. 107 – 124.

GATTI, B. A. **A Construção Da Pesquisa Em Educação No Brasil**. Editora Plano. 2002.

GERDHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil-UAB/ UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KANNER, L. **Austitic disturbances of affective contact**. Newchild, v.2, p.217, 1943.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 11-18 p.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo-SP, Moderna, 2003.

MACIEL, M. M.; GARCIA FILHO, A. de P. **Autismo: uma abordagem tamanho família**. In: Atendimento educacional específico. Salvador: EDUFBA, 2009 p. 225-235. Disponível em: Acesso em 10 de jul. de 2020.

NEVES-SILVA, P.; PRAIS, GOMES, F.; SILVEIRA, A. M. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte**, Brasil: cenário e perspectiva. Ciênc. saúde coletiva 20 (8) Ago 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 11 jun. 2020.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B; REVELES, L. T., **Mundo singular: Entenda o autismo**, Rio de Janeiro –RJ. Fontamar,2012.

YIN. R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.d., Porto Alegre, 2015.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo sobre; Inclusão na escola municipal Juarez Alves Tavares no município de poço de Jose de moura PB, coordenado pela Professora Doutora: Nozângela vinculada ao centro acadêmico de formação de professores de cajazeiras (CFP).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo acompanhar e através desse, averiguar se os direitos dos autistas estão sendo de fato efetivados, e conhecer de perto a lutas das mães e como se organizaram nessa entidade educacional. Tendo como objetivo estender essa ideia a outras escolas e assim servir de referências a outras mães de autistas.

Essa pesquisa não oferecerá nenhum risco, e todas as respostas serão sigilosas, não revelando nomes, os dados serão guardados em local seguro, para que nenhum voluntario seja identificado, por ventura ocorra algum transtorno no decorrer desta pesquisa será indenizado.

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

LOCAL E DATA _____

Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

Nome e assinatura do responsável pelo estudo

PERGUNTAS DA ENTREVISTA

1. Como você descobriu que seu filho é autista?
2. Como é a vida dele na escola?
3. A escola é um lugar que promove os direitos do seu filho?
4. Relate momentos de lutas que teve que travar para que seu filho fosse visto como sujeito de direitos.

DEPOIMENTO DA MÃE DE AUTISTA ESCOLHIDA PARA O ESTUDO.

Eu descobri que meu filho era autista quando ele saiu da creche para escolinha, ele tinha quatro anos, mesmo desde cedo via uma coisa ou outra que me chamava atenção, mas como era mãe de primeira viagem né (risos) não levava tanto a sério. Daí fui embora para São Paulo, onde tudo é diferente, a escola tinha psicólogo, e eu via o comportamento dele a cada dia mudar, mas eu achava que era por conta do tio que tinha ficado e ele era muito apegado a ele.

Um certo dia, a professora veio falar comigo sobre o comportamento dele, que a cada dia vinha se agravando, falei do caso do meu irmão que ele era muito apegado, mas a professora falou olha mãe não é só isso não. Daí quando eu voltei, trouxe uma declaração para encaminhar para ajuda médica. Foi através da escola que eu comecei a buscar melhoras para meu filho, as meninas da escola (equipe pedagógica) vieram aqui e se dispuseram em ajudar meu filho, porque sozinha acho que eu não conseguiria. Elas vieram aqui e perguntaram se eu queria levar o meu filho no médico, o levei na psiquiatra e a mesma o diagnosticou e levei na psicóloga; mas os remédios não estava surtindo muito efeito, a cada dia era mais agressivo, levei para o neuro pediatra, foi onde ele receitou uns remédios que vi resultado. O Neuro também indicou uma equipe para que pudesse acompanhá-lo.

Foram muitas lutas, deixei de viver outras coisas para me dedicar a ele, a escola sempre me ajudou, falo professores, a própria diretora defendeu o direito do meu filho, falo isso porque um grupo de mães se cobraram para fazer um abaixo assinado para tirar ele da escola, porque quando ele estava nas crises ele ficava gritando sabe né... (momentos de lágrimas)